



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI FAZEM A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES LTDA.**

**PROCESSO Nº JFES-EOF-2013/00637**

**A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – Seção Judiciária do Espírito Santo, CNPJ nº 05.424.467/0001-82, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – Monte Belo, Vitória/ES, CEP: 29.053-245, representada pelo MM Juiz Federal Diretor do Foro, FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, doravante denominada, simplesmente, CONTRATANTE e a empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES LTDA, CNPJ nº 09.461.647/0001-95, estabelecida na Av. 136 nº 797, – Quadra F 44 - Lote 36E – Sala 1003A e 1004A – Bloco A – Cond. New York Square Business Evolution – Setor Sul - Goiânia/GO – CEP 74.093-250, representada neste ato por LUCÍOLA DE QUEIROZ FERREIRA, portadora do CPF nº 819.788.551-68 e da Cédula de Identidade nº 3516988 DGPC/GO, a seguir denominada apenas CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no Processo nº JFES-ADM-2013/00042, doravante denominado por PROCESSO, em consequência do Pregão Eletrônico nº 064/2013, doravante denominado EDTIAL, de acordo com o disposto na forma da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº. 7.892/2013, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 7.174/2010 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, firmam o presente CONTRATO, cuja lavratura foi autorizada em 26/12/2013, por despacho à fl. 54 do PROCESSO, mediante as seguintes cláusulas e condições:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

- 1.1. O objeto do presente **CONTRATO** é a aquisição de equipamentos de informática – 60 (sessenta) **TABLETS** conforme especificações e características técnicas previstas no Anexo II.
- 1.2. As especificações técnicas dos itens do objeto se encontram no Anexo II.
- 1.3. O objeto do presente **CONTRATO** poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos termos e nos limites previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei 9.648/98.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO:**

- 2.1. A presente contratação decorreu do Pregão 064/2013, Ata de Registro de Preços nº 09/2013.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA:**

**3.1. DO PRAZO:**

**3.1.1.** O dia e o horário para entrega das mercadorias deverão ser agendados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas nos telefones constantes do subitem 3.2.1 desta Cláusula, a critério da **CONTRATANTE**.

**3.1.2.** A **CONTRATADA** terá um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de recebimento, pela **CONTRATADA**, da comunicação formal enviada pelo gestor de contrato;

**3.1.3.** Constatado fornecimento incompleto ou vício do material, a **CONTRATADA** será convocada para substituir ou complementar o material no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua convocação pela **CONTRATANTE**. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição ou complementação, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis;

**3.1.4.** A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação dos prazos previstos nos itens 3.1.2 e 3.1.3, até o terceiro dia útil anterior ao término do referido prazo, desde que justifique, comprove suas alegações e apresente nova data para cumprimento do objeto contratado; suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento da comunicação oficial à **CONTRATADA** acerca da decisão da **CONTRATANTE**;

**3.1.5.** A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo previsto no item 3.2.1 até o terceiro dia útil anterior ao término do referido prazo, desde que justifique, comprove suas alegações e apresente nova data para cumprimento do objeto contratado; suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento da comunicação oficial à **CONTRATADA** acerca da decisão da **CONTRATANTE**.

**3.2. DO LOCAL DE ENTREGA:**

**3.2.1.** As mercadorias serão entregues nos seguintes endereços e horários:

**3.2.1.1.** Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado  
Rua Acre, nº 80, 7º andar, Anexo 2B, Centro - Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: (21)3261-8264. Horário: das 12:00h às 17:00h, de 2ª a 6ª feira.

**3.2.1.2.** Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro  
Seção de Almoxarifado – SEALM. Rua Equador, 613 – RiodeJaneiro. Telefones: (21)3218-6612/ (21)3218-6613. Horário: das 9:00h às 17h, de 2ª a 6ª feira.

**3.2.1.3.** Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo  
Seção de Material- SEMAT. Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1877, Monte Belo - Vitória/ES. CEP.: 29.053-245. Telefone: (27)3183-5004. Horário: das 12:00h às 17:00h, de 2ª



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

a 6ª feira.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO; DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**4.1. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

**4.1.1.** Quando da entrega dos itens contratados, a Unidade, de posse da nota de empenho, será responsável pelo RECEBIMENTO PROVISÓRIO no ato da apresentação da Nota Fiscal. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO é ato que representa a conferência da marca, valor unitário e total do produto entregue pela **CONTRATADA**.

**4.1.2.** Os produtos serão objeto de inspeção, que será realizada por técnico da Seção responsável, ou da Comissão de Recebimento, e constará das seguintes fases:

- a) Abertura das embalagens;
- b) Montagem (Caso necessite);
- c) Comprovação de que o produto atende às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pela **CONTRATADA**;
- d) Testes com o produto;

**4.1.3.** O período de inspeção será de até 10(dez) dias úteis, contados da data de seu Recebimento Provisório;

**4.1.4.** O prazo máximo para substituição dos produtos que não atenderem ao Edital e seus Anexos ou nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de mau funcionamento do produto, verificados na inspeção dos mesmos, será de 15(quinze) dias, contados da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Gestor do **CONTRATO**. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição das mercadorias, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis.

**4.1.5.** Se a **CONTRATADA**, eventualmente, já estiver em mora quando da entrega, o prazo de 15(quinze) dias acima citado e/ou o prazo de 45 (quarenta) dias mencionado no subitem 3.1.2 da Cláusula Terceira deste **CONTRATO**, será computado para fins de apuração de eventual aplicação de multa moratória.

**4.1.6.** Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas no Edital e aquelas oferecidas pela **CONTRATADA**, a Seção responsável fará o Termo de Recebimento Definitivo, através da aposição de data e assinatura do responsável pelo recebimento no carimbo de “Atesto” na Nota Fiscal/Fatura.

**4.1.7.** Em caso de aquisição superior ao limite estabelecido no art. 23, da Lei nº. 8.666/93, o recebimento definitivo deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

**4.1.8.** Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nesta Cláusula.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**4.1.9.** Caso o produto tenha sido importado pela **CONTRATADA**, ela deverá apresentar comprovação da origem dos bens importados oferecidos e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa, de acordo com o disposto no inciso III do art. 3º do Decreto nº 7.174/2010.

**4.1.10.** Os equipamentos ofertados devem ser de série. Não serão aceitos equipamentos customizados e com adaptações para atender exclusivamente a estas especificações.

**4.1.11.** A **CONTRATADA** deverá apresentar catálogo técnico ou laudo técnico em instituto independente de seu interesse para comprovação de características técnicas que não possam ser avaliadas pela equipe técnica.

**4.1.12.** Em caso de dúvidas acerca das características do equipamento fornecido pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá solicitar laudo do fabricante do produto, de laboratório acreditado pelo INMETRO ou por outra instituição definida pela **CONTRATANTE**, com ônus financeiro para a empresa **CONTRATADA**.

**4.2. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**4.2.1.** Os produtos deverão ser garantidos pela empresa **CONTRATADA** por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**4.2.2.** A **CONTRATADA**, ou sua credenciada, deverá dar atendimento de manutenção total durante todo período de garantia, em conformidade com as condições previstas no item 9 do Termo de Referência.

**4.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**4.3.1.** A vigência do **CONTRATO**, dar-se-á a partir de sua assinatura até o término do prazo previsto no item 4.2.1 desta Cláusula.

**CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL:**

**5.1.** Para segurança da **CONTRATANTE** quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** deverá optar, por uma das modalidades de garantia contratual previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no percentual de 3% (três por cento) do preço global contratado, atualizável nas mesmas condições daquele.

**5.2.** A garantia prevista no item 5.1 deverá ser apresentada pela **CONTRATADA** à **SECOA - Seção de Contratos Administrativos**, no prazo de 10 (dez)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

dias, improrrogáveis, contados da data da assinatura do termo contratual – aplicável somente à Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES).

5.3. A garantia contratual deverá ser ter validade durante toda vigência do **CONTRATO**.

5.4. Caso o valor ou prazo do documento seja insuficiente para garantir este **CONTRATO**, a **CONTRATADA** providenciará, compulsoriamente, tantos aditamentos quantos forem necessários até o término da vigência contratual prevista.

5.5. A garantia prestada pela **CONTRATADA** só será liberada ou restituída após o cumprimento dos termos previstos e formalizados no presente **CONTRATO**.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.1. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

6.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e no **EDITAL** e seus anexos e neste **CONTRATO**.

6.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

7.1. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às instalações da SJES e eventuais alterações

7.2. Fornecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, as informações necessárias à execução dos serviços, bem como a documentação técnica referente aos padrões adotados pela **CONTRATANTE**.

7.3. Designar o gestor responsável para gerenciar o contrato.

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE:**

**8.1. DO PREÇO**

**8.1.1.** O Valor Unitário é de R\$ 3.831,30 (Três mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta centavos) em conformidade com o preço vigente e consignado na Ata de Registro de Preços;

**8.1.2.** O Valor Global do presente **CONTRATO** é de **R\$ 229.878,00 (Duzentos e vinte e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais)**;

**8.1.3.** No preço cotado e contratado já estão incluídos: impostos, contribuições, taxas, frete, transporte e, se houver, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes.

**8.2. DO PAGAMENTO**

**8.2.1.** A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela **CONTRATADA** ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

**8.2.2.** A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

**8.2.3.** O **ATESTO** na nota fiscal e o respectivo **PAGAMENTO** serão efetuados nos seguintes prazos, de acordo com o valor da despesa:

Despesa maior que R\$ 8.000,00:

a) prazo máximo para atesto: **05 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal**;

b) prazo para pagamento: **até o 5º dia útil contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.**

Despesa igual ou menor que R\$ 8.000,00, de acordo com o §3º do art. 5º da Lei nº. 8.666/93:

a) prazo máximo para atesto: **02 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal**;

b) prazo para pagamento: **até o 5º dia útil contado da apresentação da nota fiscal/fatura.**

**8.2.4.** O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste **CONTRATO**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**8.2.5.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a **CONTRATADA** efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**8.2.6.** A **CONTRATADA**, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, **declaração**, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

**8.2.7.** A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à **CONTRATADA** para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

**8.2.8.** Antes do pagamento será verificada a regularidade trabalhista e fiscal, incluindo a seguridade social, da **CONTRATADA**. O inadimplemento desta cláusula sujeitará a **CONTRATADA** à penalidade de advertência.

**8.2.9.** A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

**8.2.10.** Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

**8.3. DO REAJUSTE**

**8.3.1** O valor inicial cotado e contratado será fixo e irrealizável.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto do presente **CONTRATO**, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. No exercício de 2013 correrão à conta a seguir especificada:

**PROGRAMA DE TRABALHO: 02061056942570001 (060014)**  
**ELEMENTO DE DESPESA: 449052-35**  
**NOTA DE EMPENHO: 2013NE001178, de 26/12/2013.**

**CLÁUSULA DEZ – DAS PENALIDADES:**

10.1. As penalidades as quais fica sujeita a **CONTRATADA**, em caso de inadimplência, são as seguintes:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa; e

10.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

10.2. Esta Seção Judiciária utiliza nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

10.2.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

10.2.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida neste **CONTRATO**.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

10.2.3. Atrasos injustificados na execução do contrato: multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

10.3. O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**10.4.** Para efeito de aplicação de multas, o valor global corresponde ao valor descrito no subitem 8.1.2 da Cláusula Oitava do presente **CONTRATO**.

**10.5.** O não cumprimento injustificado das obrigações contratuais, por parte da **CONTRATADA**, sujeita-la-à, também, às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**10.6** Os procedimentos de aplicação e de recolhimento das multas são regulamentados pela NI-4-09, desta Seção Judiciária.

**CLÁUSULA ONZE – DA RESCISÃO:**

**11.1.** A inadimplência parcial ou total, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas no presente **CONTRATO**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério da **CONTRATANTE** declarar rescindido o presente **CONTRATO** nos termos desta Cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste **CONTRATO** e as demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

**11.2.** O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**11.3.** No caso de rescisão por razões de interesse público, a **CONTRATANTE** enviará à **CONTRATADA**, aviso prévio, com antecedência de 10 (dez) dias.

**11.4.** A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**11.5.** Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DOZE - DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE E COMPLEMENTAR:**

**12.1.** A aquisição **CONTRATADA** obedecerá ao estipulado neste termo contratual, bem como às condições assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição, no que não contrariem as cláusulas aqui firmadas:

**12.1.1.** Edital de Pregão 064/2013;

**12.1.2.** Ata de Registro de Preço nº 09/2013;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014**

**12.1.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, Seguridade Social (CND), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e perante o FGTS (Certificado emitido pela CEF);

**12.1.4.** O comprovante de prestação de garantia contratual, no percentual de 3% sobre o valor global do **CONTRATO**.

**12.1.5.** Informação de endereço e meio de contato da Assistência Técnica própria ou terceirizada, conforme item 13 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA TREZE – DA PUBLICAÇÃO:**

**13.1.** Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente **CONTRATO** será publicado no Diário Oficial da União na forma de extrato.

**CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO:**

**14.1** Para dirimir questões oriundas do presente **CONTRATO** ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o **FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO**:

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente **CONTRATO**, em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Vitória – ES, 23 de Janeiro de 2014.

  
**Fernando Cesar Baptista Mattos**  
**CONTRATANTE**

  
**Lucíola de Queiroz Ferreira**  
**CONTRATADA**